



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141402 - SC (2021/0011325-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : F V DE C (PRESO)
ADVOGADOS : JULIANO INÁCIO FORTUNA - SC043928
JOAO RAFAEL ALBUQUERQUE BACELAR - SC045860
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por F V DE C contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5037435-79.2020.8.24.0000).

O recorrente foi preso em flagrante, acusado pela prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Sustenta que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos autorizadores da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que é primário, possui bons antecedentes criminais, residência fixa e sempre trabalhou de forma lícita, predados que o autorizariam a responder solto a presente ação penal.

Aduz que não existe nos autos prova de que o material tóxico apreendido seria destinado à comercialização.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por providências cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor, ainda que mediante a incidência de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

O acórdão recorrido, ratificando o entendimento do Togado singular, deixou assente a necessidade da prisão preventiva, destacando o seguinte (e-STJ fl. 154):

À luz das normas e preceitos citados, denota-se que a decisão proferida anotou claramente, as razões do convencimento da Magistrada e o amparo aos requisitos legais necessários, uma vez que a residência do paciente vinha sendo monitorada desde o recebimento de denúncias da ocorrência de tráfico de drogas, razão pela qual foram realizadas investigações e campanhas que levaram a Autoridade Policial a pleitear busca e apreensão no referido local. No cumprimento da diligência foram encontradas

70,7g de cocaína e 21,8g de maconha na residência do ora paciente, balança de precisão e R\$ 2.592,00 em espécie, além de 10 munições calibre .38, o que veio corroborar a investigação realizada e os indicativos da narcotraficância supostamente exercida no local, assim como indicar a necessidade de interromper a senda criminosa.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência